

Memórias Insurgentes: revisitando com os indígenas a formação nacional

apresentação

Um ponto cego constantemente repetido e naturalizado nas grandes interpretações sobre o Brasil é quanto à participação do indígena. Desde a primeira grande síntese que instituiu a História do Brasil de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, na metade do século XIX, até historiadores, sociólogos, antropólogos e destacados pensadores do século XX, a presença indígena na formação da nacionalidade é qualificada como secundária, tratada sempre repetidamente de forma superficial e exotizante. Do monarquismo católico, escravagista e conservador às investigações sobre a formação da sociedade industrial, com seus conflitos de classe e suas ideologias, ficou como secundário em tais narrativas e nos painéis interpretativos do Brasil a presença e a relevância de seus povos indígenas e, em termos mais gerais, a diversidade étnica e racial do país.

Muitas vezes – e até mesmo num passado recente – as investigações sobre as relações entre os europeus e os povos indígenas na América Portuguesa foram abordadas apenas sob o aspecto de uma confrontação unicamente cultural entre uma população dita primitiva e portugueses portadores da cultura do renascimento, ou seja, entre pessoas localizadas em etapas e culturas supostamente muito distantes da história da humanidade, no que Johannes Fabian (1983) identifica como o paradoxo da “não coetaneidade”.

O encontro colonial, com suas verdadeiras dimensões econômicas e políticas, envolvendo pessoas concretas, era deslocado do foco de atenção. Em seu lugar era colocada uma ficção, um encontro entre culturas contrastantes, em que só transpareciam as ações aparentemente ilógicas e os objetivos incompreensíveis dos autóctones. O leitor daquelas fontes vinha a se perfilhar naturalmente, sem disso ter qualquer consciência, a uma perspectiva unilateral e etnocêntrica, vinculada a apenas uma das partes. Assim foi instaurado o cenário ideal para um exercício lúdico de produção de sentido, que se respaldava no senso comum e nas suas reverberações eruditas.

É essa tomada de partido (implícita, mas não consciente) da narrativa que irá determinar as perguntas, os temas e os problemas que passam a dirigir a leitura de fontes e documentos de época. Transformado em mero exemplo da justaposição de duas humanidades antagônicas e distantes, o encontro colonial recebe apenas uma marca paradoxal e episódica, omitindo inteiramente os seus aspectos violentos e a reprodução cotidiana de desigualdade e dominação. O que é sistematicamente registrado é a inferioridade das tecnologias e dos sistemas

econômicos indígenas, a fragilidade de suas estruturas políticas e o aspecto bizarro de seus costumes. Tudo estimula a enfatizar o exotismo e a colocar em evidência a pequena importância dos indígenas na conformação do mundo colonial que irá se instaurar no futuro território da nação brasileira.

É preciso revisitar a história do Brasil com um outro olhar, incorporando a presença e o protagonismo dos povos indígenas, caminhando na contracorrente das leituras acima criticadas e abrindo janelas para novas interpretações da formação nacional e da participação dos indígenas na contemporaneidade. Tomar o encontro colonial (ASAD, 1973) como uma categoria analítica central para a produção de um conhecimento crítico sobre o social, reconstruir a densidade das relações sociais ali existentes e compreender a sua tessitura como resultante de todos os sujeitos históricos envolvidos e enquanto narrativa sempre realizada por atores sociais localizados em seu próprio tempo se tornam essenciais. Longe de ser o palco para um teatro do absurdo, o encontro colonial é o locus onde se atualizam as práticas e as representações constitutivas da nação, engendrando simultaneamente o colonizador e o colonizado.

O projeto “Os Brasis e suas memórias: os indígenas na formação nacional”, coordenado por João Pacheco de Oliveira, apoiando-se em iniciativas anteriores de historiadores e antropólogos,¹ buscou instituir um espaço para a construção de novas interpretações do Brasil sobre os indígenas e a formação nacional. Para isso contou com ampla participação de programas de pós-graduação, organizações indígenas e indigenistas. Por meio de duas centenas de biografias produzidas e a divulgação de uma extensa bibliografia digital, o website do projeto (<http://osbrasisesuasmemorias.com.br/>) se constitui em uma importante ferramenta de pesquisa para a educação básica (de indígenas e não indígenas), bem como para os estudantes indígenas (hoje mais de 50 mil) e não indígenas no ensino superior. O website também funciona como um instrumento de produção e legitimação de memórias submersas e silenciadas, lançando uma contraluz nas narrativas hegemônicas sobre a formação nacional.

¹ Caberia destacar aqui em especial a extensa obra de John Hemming (1978 e 1987); a síntese interpretativa de Darcy Ribeiro (1970); os trabalhos de John Monteiro (1994 e 2001) e da linha de pesquisa “Os índios na História” por ele iniciada (ALMEIDA, 2010); e a proposta de uma abordagem em termos de uma antropologia histórica por João Pacheco de Oliveira (1987, 1999, 2016).

Mas qual a razão de privilegiar biografias na escrita das narrativas estimuladas pelo projeto? As biografias não têm sido vistas com bastante restrição e cuidado por historiadores, sociólogos e antropólogos recentes? Ou estaremos de fato lidando com um conjunto mais complexo e heterogêneo no qual despontam igualmente histórias de vida, autobiografias e etnobiografias, assim como estudos de caso, fabricação de trajetórias exemplares e desviantes, análise de eventos, situações e conflitos?

BIOGRAFIAS COMO FERRAMENTAS DE INVESTIGAÇÃO

A biografia como um gênero literário é bem antiga, conhecida no mundo greco-latino e praticada respectivamente por autores como Plutarco e Suetônio. Durante a Idade Média a atenção foi dirigida sobretudo para a descrição da vida dos grandes santos católicos; na época, nos califados árabes na Península Ibérica, foram organizados importantes dicionários reunindo relatos sobre os principais profetas muçulmanos. A relação entre o gênero biográfico e uma abordagem religiosa se manteve no século XVI, quando apareceu o primeiro desses livros em língua inglesa, escrito em 1563 por John Foxe, intitulado *Actes and Monuments*, mais conhecido, porém, como *Book of Martyrs*.

Geralmente é apontada como a primeira biografia moderna o trabalho escrito por James Boswell (1906 [1791]) sobre o homem de letras Samuel Johnson (*The Life of Samuel Johnson*). Resultado de uma longa experiência direta de convivência e de uma extensa pesquisa documental, este trabalho foi importante para estabelecer um padrão do que deveria ser o gênero biografia na língua inglesa. Publicada em 1791, a obra de Boswell se destaca pelo rigor e a intensidade das pesquisas, envolvendo estudo de arquivos, relatos de testemunhas oculares e entrevistas, pretendendo traçar um painel honesto e verdadeiro da vida e da personalidade do biografado. A narrativa não buscava promover o enaltecimento de um personagem estabelecido como modelo de virtude, mas sim, através de um esforço investigativo coerente e exaustivo, chegar a propor uma visão compreensiva da pessoa analisada.

A consolidação da sociologia e da psicologia como disciplinas universitárias e saberes reconhecidos implicou novas transformações no gênero biográfico. Em 1918, Lytton Strachey, um crítico inglês, escreveu *Eminent*

Victorians (STRACHEY, 1934), livro que consistia na descrição de quatro figuras destacadas, mas de domínios bem distantes, da Era Vitoriana. Foi uma revolução no gênero, a ênfase na apresentação exaustiva da documentação foi substituída por um exercício sistemático de comparações e um esforço de interpretação. Por trás de um interesse nos biografados, havia o desejo de traçar um painel mais complexo e contraditório da própria época em que suas ações e pensamentos estavam inseridos, distanciando-se radicalmente da pretensão de listar ou exaltar “heróis nacionais”. O livro teve um grande impacto e contribuiu para apontar novas possibilidades para o gênero narrativo.

Na antropologia as histórias de vida constituíram-se em uma importante técnica etnográfica para a obtenção de informações bastante difíceis e íntimas, uma ferramenta que permitia contrabalançar a rigidez dos registros formais (a coleta das terminologias de parentesco, as descrições de rituais etc.), ou as secas exibições de dados numéricos (censos, mapas de produção etc.) e de *corpus* de mitos e narrativas. Em situações de pesquisa fortemente marcadas por conflitos e marginalidade, como na etnografia de famílias pobres e de origem rural no México das décadas de 1950/60, as histórias de vida foram transformadas por Oscar Lewis (1965, 1970) em uma ferramenta essencial para a compreensão das emoções e dos sentimentos, das contradições e do dinamismo das relações sociais.

A sociologia e a antropologia francesa também se destacaram muito no uso de histórias de vida como um instrumento bastante sensível de investigação, permitindo abordar aspectos das relações sociais raramente acessíveis por outros métodos de enquete. Em textos referenciais, Pierre Bourdieu, primeiro no artigo intitulado “L’illusion biographique”, publicado em 1986 na revista *Actes de la Recherche*, analisa criticamente este gênero narrativo, desmontando a aparência de naturalidade dos relatos, explorando as relações de cumplicidade/distanciamento entre o narrador, o personagem biografado e o público leitor. Em trabalhos posteriores, sobretudo na grande pesquisa coletiva apresentada no livro *La misère du monde* (1993), ele aponta procedimentos metodológicos que devem necessariamente acompanhar tais investigações. Outros autores vinculados a esta mesma perspectiva, como Sylvain Maresca (1983) e Michel Pollak (1986, 1985), desenvolveram técnicas de obtenção de dados etnográficos respectivamente com populações camponesas e com ex-prisioneiros de campos de concentração.

Em um texto referencial para os estudos históricos, Jacques Le Goff (1986) observava que o estudo do passado não seria possível se este não houvesse deixado “traços, monumentos, suportes da memória coletiva”. Hoje, diz ele, o historiador não procede a uma seleção de monumentos, mas considera todos os documentos como monumentos, o que significa inseri-los em conjuntos formados por outros monumentos, como os objetos e as coleções de cultura material, os tipos de habitação, as paisagens, os fósseis e os restos ósseos de animais ou homens. Também não se trata mais de determinar se o documento é verdadeiro ou falso, mas sim de determinar as suas condições de produção e mostrar em que medida ele é instrumento de um poder.

Partindo da copiosa documentação e das minuciosas análises realizadas pelo historiador italiano Giovanni Levi (1990) sobre a política em uma comunidade camponesa no século XVII, Jacques Revel (1996) destaca que as micronarrativas ali reunidas propiciam a construção de um amplo e compreensivo painel sobre a complexidade das escolhas sociais implicadas ao longo de uma trajetória individual. Na introdução a uma coletânea sobre a relação entre micro e macronarrativas, Revel (1996) destaca a fecundidade dos trabalhos de Giovanni Levi e de outros autores relacionados à micro-história. Ele observa que as biografias que eles constroem servem para permitir o entendimento sobre dimensões da vida coletiva, em certos aspectos podendo funcionar como verdadeiras “etnobiografias”. Esta é a intenção de muitos dos trabalhos que integram esta revista.

Em função da multiplicidade de formas que vieram a assumir nos estudos literários, sociológicos e históricos, as biografias, em sua grande diversidade, continuam a ser instrumentos importantes de investigação, permitindo uma aproximação com o domínio das emoções e dos sentimentos e também das experiências concretas, bem como a lidar com menor rigidez com os aspectos dinâmicos, contraditórios e ambíguos dos fenômenos abordados pelas ciências humanas, permitindo um enriquecedor mergulho em fatos concretos e na dimensão íntima e pessoal.

No caso das populações indígenas, historicamente privadas do reconhecimento público de suas memórias, as biografias constituem um útil instrumento para romper com esse silenciamento e revisar criticamente as narrativas hegemônicas das histórias nacionais. Funcionam como uma chave propulsora de novas interpretações e múltiplas reinscrições, assim como estimulam a tomada

da palavra (DE CERTEAU, 1994) por pessoas pertencentes a setores sociais excluídos ou subalternizados.

USOS DO PASSADO, MEMÓRIAS VIVAS NO PRESENTE

Os embates entre memória, história e usos do passado têm legado importantes categorias de compreensão e ordenamento desses processos. Um exemplo desses elementos fundamentais é a categoria de “lugares de memória” criada pelo historiador Pierre Nora (1984). Segundo o autor, monumentos, arquivos, instituições oficiais são elegidos como grandes marcos que materializam certas memórias e operam a partir de uma característica particular, a monumentalidade. Os lugares de memória estão situados, em geral, em áreas centrais e emblemáticas por sua monumentalidade, produzindo uma espécie de sacralização do que exibem. Trata-se de uma história transformada, que impõe significados (ditos como verdadeiros) a pessoas e acontecimentos reais.

Nem sempre os lugares de memória refletem estritamente o que seriam os interesses e os valores do grupo dominante. Em algumas ocasiões, eles refletem pautas e questões da sociedade mais ampla que adentram esses lugares na tentativa de transformar a realidade. Uma leitura a contrapelo dessa documentação e desses aspectos, como nos sugere Benjamin (1986), contribui igualmente para a reinserção desses lugares nos jogos de força e nos contextos em que os originaram, considerando não apenas a sua produção, mas da mesma forma a recepção dessas memórias.

As memórias não são recebidas por quem as acessa hoje da mesma maneira de quem as produziu no passado, existe uma distância muito grande em relação a isso. Nesse sentido, grande parte da população brasileira, ao passear pelos parques e praças públicas com seus monumentos históricos, ou ao visitar museus com seus acervos, arquivos e imagens e narrativas do passado, tem a sensação de absoluto desconhecimento do que aquelas realidades significam. Isto remete a uma situação bastante complexa relacionada à própria questão do ensino da história no Brasil, que há muitas décadas tem sido violentamente agredido, resumido e simplificado. Hoje é bastante comum, sobretudo entre os jovens, não apenas o desconhecimento das memórias submersas, das histórias dos povos indígenas ou

das populações afrodescendentes, mas até mesmo dos grandes personagens históricos, símbolos da nação e de sua transformação.

Há uma estratégia geral no Brasil, muito nociva, de enfraquecimento de arquivos, museus e demais instituições de memória. Ela começa a ser vista pelas elites dominantes como algo bastante incômodo, que se pretende substituir pela realidade atual, num poderoso estímulo a tornar inócuos juízos de valor e extemporâneas as utopias. Esses desinteresse e esquecimento devem ser enfrentados pelo historiador e pelo antropólogo com bastante coragem, porque o seu *métier* é efetivamente de trabalhar com alteridades e tornar conhecidas ao público e ao cidadão as narrativas e as imagens sobre o passado e o diferente, repovoando assim a história em suas múltiplas participações (WOLF, 1983; THOMPSON, 1987).

Para isso, é preciso considerar ainda a existência contemporânea de múltiplos canais de memória para além dos lugares de memória apontados por Pierre Nora. As praças e as ruas, os arquivos e os museus não são as únicas alternativas e as mais operantes para os jovens na atualidade. Hoje em dia, a televisão, com suas minisséries e novelas, o cinema, os canais de youtube, as redes sociais, os websites, os jogos eletrônicos, entre tantos outros, disputam fortemente espaços narrativos junto ao público mais amplo, com cada vez mais acesso à internet e a equipamentos tecnológicos.

Diante disso, cabe aos antropólogos e aos historiadores, assim como tem feito o próprio movimento indígena, ocupar as redes e constituir os canais de acesso possível a fontes verificadas e checadas. Ao refazer com um outro método e objetivo o trabalho empreendido pelo IHGB no século XIX, é imprescindível tornar públicos e plenamente acessíveis fontes e documentos fundamentais à compreensão contemporânea do Brasil, não apenas para suas classes abastadas, mas sobretudo para as suas populações tradicionais, hoje instaladas no meio rural e nas comunidades urbanas, mas também no interior dos centros acadêmicos, por meio dos milhares de estudantes indígenas que ocupam o ensino superior brasileiro. Nessa direção, o objetivo da revista é virar de ponta cabeça as práticas excludentes em relação ao conhecimento e à produção de memórias, assim como propor um novo caminho para a compreensão do imenso papel assumido pelo protagonismo indígena na formação nacional.

SEMEANDO BIOGRAFIAS INDÍGENAS

Uma condição essencial para a realização deste projeto foi o seu caráter coletivo, multi-institucional e multidisciplinar. Como ele objetiva estimular um processo amplo de recuperação da presença indígena na história (passada e atual) do país, não poderia ficar restrito a uma única equipe de trabalho sediada no Museu Nacional e na cidade do Rio de Janeiro de onde o projeto foi proposto. Isto já se refletia na composição inicial da equipe, ainda em 2015, quando o projeto foi submetido à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Edital n. 13/2015 – Memórias Brasileiras – Biografias), tendo sido iniciado em 2017. Naquela ocasião, o projeto abrangia 13 programas de pós-graduação (PPGs).

Ao final do projeto, em 2019, mais que duplicamos a sua rede de colaboradores, passando a incluir 28 instituições. Cabe notar que três destes grupos foram constituídos por Licenciaturas Interculturais Indígenas.² Em termos de regiões, é possível perceber uma boa distribuição pelo Brasil afora – cinco estavam sediadas na Amazônia, dez na região Nordeste, quatro na Leste (MG, ES e RJ), quatro na Sudeste, três na Sul e duas na Centro-Oeste. A maior expansão ocorreu na Amazônia (com cinco instituições-colaboradoras, enquanto no projeto original constava apenas uma) e na região Nordeste (que passou de cinco para dez).

O vínculo entre as instituições que integram a rede de colaboradores do projeto foi muito fortalecido através da presença da equipe de coordenação do projeto em atividades conjuntamente organizadas. Ademais, houve a realização de quatro cursos de formação voltados a estudantes da licenciatura em Ciências Sociais, bacharelado, mestrados e doutorados em Antropologia, favorecendo inclusive a formação de antropólogos indígenas.³

² As Licenciaturas Interculturais Indígenas fazem parte do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – Prolind, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). O Prolind tinha por principal objetivo a formação de professores indígenas para atuar nas sérias finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas das comunidades indígenas, atendendo assim ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação Escolar Indígena.

³ Os cursos ministrados foram: Os indígenas na formação do Brasil – (MNA 828 – Antropologia do colonialismo), João Pacheco de Oliveira (PPGAS-MN-UFRJ) e Aline Moreira Magalhães (Pós-Doc PNPD-PPGAS/MN) – PPGAS, Museu Nacional, 2017.1; Histórias, Memórias e Biografias – (MNA – 825-Oficina de Pesquisa em Antropologia), João Pacheco de Oliveira (PPGAS-MN-UFRJ), Aline Moreira Magalhães (Pós-Doc PNPD- PPGAS/MN) – PPGAS, Museu Nacional, 2017.2; e, Memória e Narrativa: análises sobre construções biográficas – (1401247

Tais cursos debatiam aspectos teórico-metodológicos do fazer biográfico, permitindo a ampliação do projeto e o desenvolvimento de futuros trabalhos tanto no âmbito estrito da pesquisa (relacionado à produção de teses e dissertações) quanto na divulgação científica, objetivando a formação de futuros docentes da educação básica.

Durante o projeto começamos a perceber que a realização de oficinas com os indígenas, em suas aldeias ou em lugares próximos, associada à possibilidade de rápida colocação da biografia em circulação através do website, acabou por engendrar um novo tipo de fonte – a biografia escrita por indígenas, seja individualmente, seja em família, ou em grupos maiores. Com ampla participação de estudantes universitários indígenas, o projeto estimulava a conexão das novas gerações, imersas no universo acadêmico e nas novas frentes de luta, com as gerações precedentes, fundamentais à retomada dos territórios e à afirmação cultural. Essa conexão resultou no fortalecimento de linhas de investigação no interior de cada PPG e na consequente produção acadêmica nova e significativa (teses, dissertações, artigos em revistas científicas e capítulos em livros). O envolvimento de estudantes e profissionais indígenas no relato de sua própria história, vivenciado nas mais de 20 oficinas que realizamos ao longo do projeto, foi fundamental à constituição de uma nova e fecunda forma de produção de conhecimento.

Algumas dessas atividades foram conciliadas com a agenda de formação das Licenciaturas Interculturais, a exemplo das oficinas realizadas na UFSC, em Florianópolis, e na UFPE, em Caruaru, respectivamente, em outubro e dezembro de 2017. Outras se deram em conjunto com congressos científicos, mas com espaço exclusivo aos indígenas e dedicado a pensar a construção biográfica para o projeto, a exemplo das oficinas realizadas em 2017, em Brasília, por ocasião do Simpósio Nacional de História e que contou com a presença de professores indígenas kaiowá e estudantes guarani e kaiowá da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Realizamos ainda atividades exclusivas com os indígenas, como ocorreu com a equipe da Ororubá Filmes, do povo Xucuru, Pernambuco; e da oficina realizada na UEMA, São Luís, Maranhão. Em algumas atividades, o

– Tópicos Especiais em Antropologia II) Rita de Cássia Melo Santos, Licenciatura em Ciências Sociais, UFPA, 2017.2; e, o curso História Oral, Narrativas e Memórias, ministrado por Pablo Antunha Barbosa, 2020.2, no curso de Bacharelado em Antropologia da UFSB.

projeto “Os Brasis” se juntou a outras tantas propostas pelos próprios indígenas, a exemplo das duas oficinas realizadas na Paraíba que somaram esforços na formulação do Centro Cultural Potiguará. Fizemos ainda uma oficina no marco do projeto de extensão da UFSB (Porto Seguro), Ciclo de Estudos e Oficinas Interculturais em Educação Escolar Indígena, que aconteceu na Aldeia Pataxó de Boca da Mata (2019-2021), e outra, em 2018, na cidade de Cachoeira, com estudantes indígenas da UFRB. Algumas dessas atividades reuniram mais de uma centena de indígenas, que apontaram a necessidade de relatos biográficos sobre as suas lideranças (caciques, cacicas, xamãs, rezadores, parteiras, professores, agentes de saúde, artistas e intelectuais).

Os textos produzidos em tais circunstâncias – que já somam 25, ou seja, que correspondem a cerca de 14% do total de textos reunidos pelo projeto – são absolutamente distintos daqueles elaborados por especialistas com formação em ciências humanas. Não resultam apenas de expectativas acadêmicas ou de fatores externos, mas expressam estratégias narrativas e de produção e circulação de memórias sob o controle das comunidades locais – diferentes das monografias de conclusão de curso (TCCs), que muitas vezes expressam as expectativas acadêmicas de orientadores e professores não indígenas.

Nos textos produzidos no contexto das oficinas, a escrita é realizada também como uma atividade de grupo ou familiar, que implica debate sobre forma e conteúdo do texto, as ilustrações a serem ali colocadas, bem como o seu uso público. Para além de uma questão de coautoria, trata-se da construção de uma memória coletiva sobre o/a biografado/a. Após a aprovação do coletivo, o texto é digitado, revisado e passa a integrar o website do projeto, no qual pode ser consultado livremente, podendo ser selecionadas por região, estado, povo indígena e/ou gênero. O website constitui o espaço privilegiado do repositório das atividades do projeto. No recente contexto da pandemia, montamos um memorial de homenagem às vítimas, que busca a semelhança com outras iniciativas:⁴ dar visibilidade ao impacto do Covid-19 sobre os povos indígenas brasileiros.

Em relação especificamente aos pesquisadores não indígenas, adotamos uma estratégia de proposição de Grupos de Trabalho (GTs) e Simpósios Temáticos (STs)

em congressos das áreas de Antropologia e História. Foram assim organizadas quatro atividades em grandes congressos científicos de História e Antropologia (XXIX SNH/ANPUH, XXXI RBA/ABA, III CIPIAL, XXX SNH/ANPUH), com extensa participação e intenso debate, funcionando como uma verdadeira sementeira para a produção de biografias e o aprofundamento analítico deste tipo de trabalho. No primeiro evento, ocorrido em Brasília, em 2017, foram apresentados 34 trabalhos; no segundo, em Brasília, em 2018, foram 24 comunicações; no terceiro, também em Brasília, em 2019, foram 47; no último, em Recife, em 2019, foram 29. No total foram 134 apresentações.

Esse processo foi fundamental para consolidar o crescimento e a abrangência do projeto. Quando proposto, o projeto estimava produzir a biografia de 25 personagens indígenas da história do Brasil, nove deles pertencentes ao período colonial, sete relativos ao século XIX (formação nacional) e nove ao período contemporâneo (séculos XX e XXI). Destes, apenas três eram de mulheres, o que reflete, sem dúvida, os critérios de seleção e a orientação restritiva em relação a gênero na história oficial do Brasil.

Em abril de 2018, quando realizamos o lançamento oficial do site em Porto Seguro, Rio de Janeiro e Brasília, já havíamos ultrapassado em muito o número de personagens indígenas biografados. Na abertura do site já contávamos com 74, quase três vezes o número de biografias propostas no início do projeto. É importante destacar que estas biografias já estavam postadas e circulando em nossa rede de colaboradores e do público interessado. Atualmente, temos no website 203 biografias, mais que oito vezes o número de biografias propostas inicialmente. Importante também seria observar a grande diversidade de povos, estados e gênero deste conjunto de biografias: são contempladas 46 etnias.

UM NOVO DESAFIO: A REVISTA MEMÓRIAS INSURGENTES

Como desdobramento do projeto e visando consolidar as suas repercussões no âmbito acadêmico, a etapa seguinte foi a preparação de uma revista eletrônica, de *status* científico, que propiciasse a divulgação regular de biografias escritas por especialistas das ciências humanas (aí incluídos, claro, os indígenas) capaz de consolidar

no âmbito universitário os objetivos pretendidos pelo projeto. A revista eletrônica *Memórias Insurgentes*, que o leitor tem agora diante de si, funcionará no sistema OJS/Open Journals System e poderá ser acessada através do site www.memoriasindigenas.ufrj.br, com a periodicidade de dois números anuais. Este é o segundo produto deste projeto, resultado de um imenso trabalho coletivo e interdisciplinar desenvolvido nos últimos sete anos.

Alguns autores têm insistido em falar sobre a invisibilidade dos indígenas para as colônias e as nações modernas. Além de aceitarem como supostamente universal a completa identificação entre o olhar e o conhecimento, que é uma característica da modernidade ocidental, tais abordagens simplificam os complexos processos de exibição e ocultamento de fatos que compõem a construção de narrativas e sentidos, processos estes responsáveis pelo encobrimento dos interesses e dos protagonismos dos indígenas. O Índio não está de maneira alguma ausente das fontes e dos relatos históricos, como usualmente nunca esteve ausente das iniciativas e das preocupações dos colonizadores. Estes se estabeleceram sobre os territórios indígenas, apossaram-se de seus recursos naturais, construíram instituições para o controle de sua força de trabalho, reprimiram o seu imaginário político e religioso e buscaram por múltiplos meios transformá-los em subalternos. Os dados que resultam desses confrontos, justificando a ação colonial e glorificando os seus executores, se não falam sobre os indígenas de modo explícito e compreensivo, trazem muitas informações sobre as relações que com eles são mantidas pelos múltiplos atores da colonização. Ao invés de mergulharmos em uma postura puramente especulativa e essencialista, propomos apoiarmo-nos no pensamento crítico e falar em “encobrimento” (DUSSEL, 1969) e não em invisibilidade.

É fundamental também constatar que os discursos sobre os indígenas não são de forma alguma semelhantes e convergentes. Ao contrário, os povos indígenas não são descritos jamais em seus próprios termos, mas majoritariamente de acordo com as estratégias econômicas, políticas, simbólicas e práticas que favorecem os setores hegemônicos naquele particular contexto da colonização. Isto nos leva a recuperar uma expressão – regime de memória – utilizada por Johannes Fabian (2001) para designar uma específica arquitetura de memória. Aplicada sistematicamente por Pacheco de Oliveira (2011, 2016, 2022) ao contexto da formação nacional, foi transformada em uma ferramenta que permite explicitar a existência

de discursos e práticas diferentes e mesmo contraditórios sobre os indígenas. Eles nunca são apresentados de uma forma única, mas transitam entre diferentes discursos, ora aparecendo como inimigos, ora como aliados, ora como gloriosos ancestrais dos brasileiros atuais, ora como coletivos que só podem sobreviver sob a tutela do Estado. A própria inspiração morfológica – de uma arquitetura – foi abandonada em prol de metáforas mais dinâmicas, instáveis e participativas (vide PACHECO DE OLIVEIRA, 2022; PACHECO DE OLIVEIRA, SANTOS, 2019, 2022).

Por exemplo, a organização de cada volume da revista não segue uma ordem estritamente cronológica e linear. A sucessão dos artigos foi pensada em conformidade com os regimes – aqui chamados de Fundação (para se referir ao estabelecimento da Colônia), Nação (século XIX e formação nacional), Tutela (para o regime tutelar atualizado pelas agências indigenistas, SPI e Funai) e Protagonismo (imagens e narrativas produzidas pelos indígenas em suas lutas por reconhecimento de direitos a partir sobretudo da década de 1980) – pelos quais as memórias são estruturadas e por meio dos quais as narrativas e as imagens sobre o passado podem ser apresentadas. Cabe destacar que os regimes não são cronológicos nem lineares. São engendrados em contextos históricos precisos, mas continuam a existir e a ser ativos em contextos muito posteriores.

Compondo a primeira parte da revista, “Fundação”, estão as biografias de Catarina Paraguaçu e de Dom Felipe de Souza e Castro. Na primeira, João Pacheco de Oliveira narra o encontro colonial através da trajetória de Catarina Paraguaçu e Caramuru, personagens fundamentais à compreensão da fundação nacional. Atravessando diferentes tempos históricos, o autor demonstra como a situação de origem vivenciada na Salvador do século XVI ganhou novos contornos ao longo do tempo, articulando-se com regimes de memórias e esferas políticas fundamentais tanto à vida política colonial quanto à cultura popular contemporânea. Lígio Maia, por sua vez, apresenta a trajetória de Dom Felipe, nascido na Serra da Ibiapaba, no Ceará do século XVIII. Por meio de sua biografia é possível entrever elementos fundamentais da hierarquia e da ascensão social durante o Antigo Regime e como eles se relacionam com os povos indígenas americanos.

Na segunda parte da revista, “Nação”, reunimos as biografias de Domingos Ramos Pacó, João Caboré e do Caboclo Bernardo. O conjunto dos três textos analisa

⁴ Ver os volumes de Pandemia e Território, organizados por equipe coordenada por Alfredo Wagner B. de Almeida e publicada pelo “Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia”, PNCSA/UEA, Manaus, 2020/21.

diferentes situações protagonizadas por indígenas ao longo do século XIX e começo do século XX nos atuais territórios de Minas Gerais, Maranhão e Espírito Santo. O artigo sobre Domingos Ramos Pacó, escrito por Izabel Missagia, permite entrever a trajetória de um professor indígena na defesa da sua cultura e da sua língua. Ele foi redator de um importante manuscrito através do qual é possível conhecer as percepções indígenas sobre o processo de catequese empreendido pelos capuchinhos, bem como as dinâmicas sociais impostas e que resultaram em diferentes formas de controle territorial no Brasil Republicano. Por meio da trajetória de João Caboré, por sua vez, Elizabeth Beserra explora o “Massacre de Alto Alegre” e as diferentes interpretações impostas ao longo do tempo segundo documentos, relatos dos sobreviventes e obras audiovisuais. A conjugação desses elementos permite entrever uma dinâmica acerca da memória em face de eventos dramáticos. Por fim, o texto de Vânia Lozada sobre o Caboclo Bernardo, elaborada a partir de diferentes fontes documentais situadas em tempos/espacos distintos, possibilita conhecermos o processo de produção de um herói nacional que envolveu tanto instituições de memória quanto as próprias populações indígenas.

No terceiro regime, “Tutela”, reunimos as trajetórias de Libânio Koluizorocê, Cícero Pereira e Damião Xavante. Através da trajetória de Libânio Koluizorocê, Rita de Cássia Melo Santos narra o processo de fabricação das chefias indígenas no contexto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no Mato Grosso da primeira metade do século XX. Sua trajetória permite ainda entrever as conexões entre as populações [povos] indígenas e a produção de conhecimento pelas missões científicas e os museus no mesmo período. Edson Silva, por sua vez, ao narrar a trajetória de Cícero Pereira, nos faz conhecer uma intrincada história que atravessa o século XX. Da atuação do SPI à conexão com as Ligas Camponesas e a retomada dos territórios indígenas, a história de Cícero permite conhecer estratégias importantes adotadas pelas populações indígenas na transição entre o regime tutelar e o que viria a ser o seu espaço de protagonismo. O último texto desse regime, escrito por Juliana Rosa e Armando Tafner, conta a história de Damião Xavante. Retomando memórias da infância de Damião, os autores contam sobre a chegada das frentes de expansão ao território xavante. Delas se destaca a atuação do SPI, das missões salesianas e da Força Aérea Brasileira (FAB) junto aos indígenas. A atuação pública de Damião Xavante em

defesa do território indígena é retomada pelos autores, marcando igualmente como o texto de Edson Silva a pluralidade dos regimes de memória e a indissociabilidade entre eles.

No quarto e último regime – “Protagonismo” – reunimos as biografias de quatro lideranças indígenas contemporâneas. Clarindo Campos Tariana, Casimiro Cadete, Quitéria Binga e a autobiografia escrita por Maria Leuza. O primeiro texto, de Sidnei Peres, permite conhecer através da trajetória de Clarindo Campos o processo de formação do associativismo indígena no Alto Rio Negro (AM). Presidente da Associação Indígena de Barcelos/Asiba entre 2000 e 2008, Clarindo traçou sua atuação em meio a um horizonte complexo de possibilidades, constituindo saídas para o contexto social da época, que combinava elementos herdados do sistema de aviamento e do regime de missões religiosas. O texto escrito por Ananda Machado sobre Casimiro Cadete, por sua vez, nos leva ao estado de Roraima e à luta dos Wapixanas por sua afirmação cultural em meio a um contexto de violências e expropriações imputadas pelo garimpo, pelas missões religiosas e pela presença das fazendas na região. Nesse cenário, Casimiro Cadete empreende o caminho inverso. Tendo aprendido o idioma com a sua avó, ainda durante a infância, foi responsável pela produção de um dicionário publicado em 1990, referência imprescindível aos trabalhos com o idioma wapixana. A produção desse material torna-se fundamental especialmente se considerarmos o período em que o uso do idioma indígena foi fortemente criticado, chegando inclusive a ser proibido. A retomada dos processos organizativos indígenas na contemporaneidade é ainda apresentada no texto de Bartolomeu dos Santos sobre a trajetória de Quitéria Binga. Ambos pankararus, contam por meio de suas memórias compartilhadas e outros documentos a história de luta dos indígenas no sertão pernambucano. Partindo de sua contribuição na manutenção dos troncos familiares, Quitéria Binga é levada a compor o conselho tribal, responsável pelo suporte às lideranças indígenas em sua luta pelo território. Por fim, o texto autobiográfico de Maria Leuza conta sobre as lutas empreendidas por uma mulher indígena no rio Tapajós, na Terra Indígena Munduruku. Sua trajetória nos permite conhecer os processos de formação das lideranças femininas na contemporaneidade, a importância das formações multiculturais, em diálogo com os povos indígenas e com respeito a eles, bem como sobre os riscos e as exclusões que tal atividade impõe a essas mesmas mulheres.

Por fim, um comentário sobre os dois pontos extremos deste número da revista. A foto da capa, uma alegoria da mulher guerreira, indígena e brasileira, que combate o invasor e pretendo dono de suas terras, se associa com perfeição ao depoimento de Maria Leuza, liderança munduruku, sobre sua trajetória de vida. Em contraste, enquanto a primeira imagem se refere a um belo e custoso monumento celebrado em praça pública, o segundo exige explicitar que a sua protagonista, fortemente ameaçada, vive fora de suas terras, sob a proteção de organismos de direitos humanos. Não poderíamos ignorar que atravessamos uma conjuntura política de intensa mobilização dos indígenas em defesa de direitos estabelecidos pela Constituição de 1988 e consolidados ao longo de quase quase décadas, que estão ameaçados por políticas governamentais e por práticas que, impune e abertamente, violam o marco legal existente.

Queremos destacar também que o lançamento dessa revista coincide com o bicentenário da Independência do Brasil, que frequentemente continua a ser celebrado sem o devido reconhecimento à presença e ao protagonismo dos indígenas na formação nacional. É nosso desejo que esta revista possa contribuir para a superação deste encobrimento, propiciando que tenham igualmente escuta memórias insurgentes e que floresçam novas e corajosas interpretações sobre múltiplos personagens e eventos do passado e da contemporaneidade deste país.

João Pacheco de Oliveira
Rita de Cássia Melo Santos
Pablo Antunha Barbosa